



ÁREA DO

CONCURSEIRO

# SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

*Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!*

*Comece agora, comece pela maneira certa!*

**101) (IMESP- ADVOGADO- VUNESP- 2010) Considera-se causa de aumento de pena do crime de furto a hipótese de o ato ser praticado**

- a) durante o repouso noturno
- b) com emprego de chave falsa
- c) mediante concurso de dois ou mais agentes
- d) com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa
- e) com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.

**RESPOSTA:** A. Pois está no parágrafo primeiro do artigo 155, §1º. As demais alternativas falam do furto qualificado, previsto no parágrafo quarto.

**102) (DPE/MS- DEFENSOR PUBLICO SUBSTITUTO- VUNESP- 2008) No que diz respeito aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa que traz, apenas, crimes próprios no que concerne ao sujeito ativo**

- a) tráfico de influência, abandono de função, violação de sigilo funcional.
- b) usurpação de função pública, prevaricação, peculato.
- c) corrupção passiva, condescendência criminosa, advocacia administrativa.
- d) favorecimento real, concussão, violência arbitrária.

**RESPOSTA:** C. Todos estes crimes são praticados por servidores públicos. Trata-se de crimes próprios.

**103) (OAB/NE- VUNESP- 2005) Luis da Silva, Juiz de Direito, recebeu R\$ 30.000,00, para influenciar no julgamento de determinada ação penal, que está sendo julgada por sua esposa, Ana da Silva, também magistrada. A hipótese narrada**

- a) configura crime de exploração de prestígio.
- b) configura ilícito penal, mas Luis não responderá pelo delito, uma vez que o crime foi cometido contra cônjuge na constância da sociedade conjugal.
- c) configura crime de prevaricação.
- d) não configura ilícito penal.

**RESPOSTA:** A. Pois o Juiz de Direito que tenta influenciar o julgamento de um outro juiz, equipara-se ao particular que tenta explorar o seu prestígio perante o Poder Judiciário. Portanto, responde pelo crime do artigo 357, Exploração de Prestígio.

**104) (OAB/NE- VUNESP-2005) Josefina deu início a investigações policiais por crime de estupro de que teria sido vítima, quando na verdade assentira na prática da relação sexual. Tal descrição fática caracteriza o crime de**

- a) denúncia caluniosa
- b) comunicação falsa de crime
- c) auto acusação falsa
- d) falso testemunho

**RESPOSTA:** B. Pois comunicou a autoridade a ocorrência que sabe não se ter verificado, conforme artigo 340, do CP.

**105) (TJ/SP – OFICIAL DE JUSTIÇA- VUNESP 2009) X mãe de Z, ao descobrir que o filho praticou o furto de um veículo, dirige-se à delegacia de polícia e se apresenta como autora do delito. Em tese, X praticou o crime de**

- a) condescendência criminosa
- b) falso testemunho
- c) auto acusação falsa
- d) denúncia caluniosa
- e) prevaricação

**RESPOSTA: C.**

**106) (MP/SP- OFICIAL DE PROMOTORIA-VUNESP-2006) X, funcionário da prefeitura de São Paulo, recebeu por engano, de Z, munícipe determinada quantia em dinheiro para pagamento de uma multa administrativa. Ocorre que X apossou-se do dinheiro, não efetuando o pagamento da multa. A referida conduta configura o crime de**

- a) peculato culposo
- b) peculato mediante erro de outrem
- c) emprego irregular de verbas ou rendas públicas
- d) prevaricação
- e) exercício funcional ilegalmente prolongado.

**RESPOSTA: B.**

**107) Sobre o erro sobre elementos do tipo, aponte a assertiva correta segundo dispõe o texto do artigo 20 do Código Penal.**

- a) o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e não permite a punição por crime culposo, mesmo que previsto em lei.
- b) é isento de pena que, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.
- c) há isenção de pena, também, quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo.
- d) o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado isenta de pena.

**RESPOSTA:** B. Devido ao fato de estar em conformidade com o artigo 20, §1º, do CP.

**108) De acordo com o texto do Código Penal, no tocante ao erro sobre a ilicitude do fato, aponte a assertiva incorreta**

- a) o desconhecimento da lei é inescusável (indesculpável).
- b) o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável (ninguém poderia evitar) isenta de pena.
- c) o erro sobre a ilicitude do fato, se evitável (tomando as devidas cautelas poderia se ter evitado) também isenta de pena.
- d) considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

**RESPOSTA:** C. Devido ao fato não estar de acordo com o artigo 21, do CP. O erro evitável diminui a pena de um sexto a um terço.

**109) Sobre a imputabilidade penal, aponte a correta.**

- a) é isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento incompleto ou retardado era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.
- b) os menores de dezoito anos são penalmente imputáveis.
- c) exclui a imputabilidade penal a embriaguez voluntária pelo álcool.
- d) a pena não pode ser reduzida se o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou omissão, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato.

**RESPOSTA:** A. Porque está em conformidade com o artigo 26, caput, do Código Penal.

**110) De acordo com o que dispõe o Código Penal sobre o concurso de pessoas, aponte a incorreta.**

- a) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- b) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste crime menos grave.
- c) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, receberá a punição deste crime, porém, será aumentada de metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- d) se a participação for de menor importância, o agente fica isento de pena.

**RESPOSTA:** D. Pelo motivo que tal assertiva não está de acordo com o que dispõe o artigo 29, §1º, do CP, porque tal dispositivo fala que o agente pode ter diminuída sua pena de um sexto a um terço e não ficar isento de pena.